RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar os impactos e as consequências que a avaliação da maneira que tem sido aplicada e defendida na atualidade tem gerado nas aprendizagens dos alunos da rede pública de ensino. Para tanto, foi aplicada a metodologia de pesquisa documental, com abordagem qualitativa, para a construção do conhecimento foram utilizadas matérias e publicações das plataformas e jornais, Nova Escola, Educa Mais Brasil, Ministério da Educação e Jornal da Universidade de São Paulo, nas quais apresentam dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os dados gerados apontam uma brutal disparidade quando relacionadas as instituições públicas e privadas de ensino do Brasil, além de uma distorção ampla entre a série que o aluno da rede pública se encontra e o seu nível de conhecimento, o que torna evidente que os alunos estão percorrendo etapas e níveis desconsiderando suas reais aprendizagens.
PALAVRAS-CHAVES: estudantes; ensino básico; aprendizagem.

1. Introdução

A avaliação é uma ferramenta aplicada por todos os seres humanos em suas relações, é uma atividade que permite a inspeção da realidade e consequentemente contribui para a reflexão e mudança de percurso por meio de diferentes estratégias, (Luckesi, 2021).

Na aprendizagem escolar, esse recurso é utilizado no Brasil, desde os tempos do trabalho missionário e educacional da Companhia de Jesus, no século XVI, (Luckesi, 2021).

Esse instrumento ao longo do tempo foi aplicado para averiguar os conteúdos aprendidos e julgar os alunos como bons e maus, além de controlá-los e classificá-los como aprovados e reprovados, sem se preocupar de fato com uma aprendizagem relevante, (Luckesi, 2021).

De acordo com Perrenoud (2008), a avaliação não é utilizada de maneira correta em sala de aula, pois a mesma deveria servir para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, e através dos diagnósticos obtidos ocorrer uma mudança de procedimentos e atitudes por parte dos docentes, para que os alunos sejam beneficiados em sua trajetória escolar, mas na realidade o que se percebe é que ela é utilizada apenas para apurar o que os discentes aprenderam ao final dos ciclos por meio de exames.

Na contemporaneidade há um esforço para que a avaliação da aprendizagem seja entendida como um dispositivo pedagógico que subsidia a prática docente, e para que através dos resultados obtidos por meio deste recurso o professor reorganize, reflita sobre sua ação e reoriente seus planejamentos para que os estudantes alcancem uma aprendizagem significativa (Hoffmann, 2014).

De acordo com a Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), a avaliação do processo de aprendizagem deve basear-se em um vínculo entre educador e educando que gere uma mudança no processo de construção do conhecimento, onde as questões qualitativas sejam mais relevantes do que as quantitativas, e evidenciando a importância de que a avaliação ocorra desde a educação infantil primeira etapa da educação básica, sem a intenção de promoção, e mediante a observação e registro das crianças.

O que se pretende alcançar é uma avaliação que seja elaborada pensando na aprendizagem, com múltiplas formas, pensando no indivíduo e respeitando suas características, suas peculiaridades, oferecendo-lhes oportunidades equitativas, para seu avanço nos estudos (Kohls, 2017).

Paralelo a esses pensamentos e corroborando para que a avaliação não classifique e condene os estudantes, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), permi-

te que as escolas se organizem por meio de ciclos, e adotem no ensino fundamental, o regime de progressão continuada, garantindo assim a continuidade dos estudos, compreendendo a educação como um processo, e respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem.

Na prática ainda existe um paradoxo em relação a essa abordagem, pois não há um consenso no meio educacional relacionado ao tema, a avaliação tradicional, por mais que venha sendo condenada por muitos teóricos, ainda é o meio para se adentrar em universidades e concursos realizados no âmbito público e privado, e em algumas instituições funciona como uma espécie de fiscalização dos conhecimentos e domínio dos alunos, com penalidades e recompensas (Silva, 2020).

Na avaliação reflexiva, pensa-se em intermediar o conhecimento, visando diagnosticar e estabelecer estratégias para a melhoria da prática docente, auxiliando o avanço dos estudantes e buscando um processo de diálogo entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, (Luckesi, 2021).

Observa-se que em sua maioria as escolas privadas, por mais que adotem um discurso contemporâneo em relação ao tema, permanecem com suas ações examinatórias para que os alunos avancem nas etapas, e preparando-os arduamente para enfrentar os vestibulares.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), permite que ocorra a progressão continuada no ensino fundamental, que facilita a prática da avaliação como instrumento que dá suporte a aprendizagem, benesse essa que tem sido explorada principalmente em escolas públicas, fazendo dessa forma que a teoria contemporânea em relação a avaliação ocorra na prática.

O objetivo desta pesquisa é investigar se esse tipo de prática avaliativa tem sido positiva para os estudantes, se estão realmente avançando no conhecimento, ou apenas, estão percorrendo os ciclos sem os conteúdos mínimos para cada etapa ou nível, e através da análise de dados documentais, averiguar quais foram os avanços ou retrocessos da aprendizagem das crianças e adolescentes da rede pública de ensino, depois dessas politicas e teorias adotadas.

2. Desenvolvimento

A pesquisa buscou relacionar as novas correntes de avaliação e a aprendizagem dos alunos, dessa forma o trabalho foi desenvolvido mediante a aplicação da metodologia de pesquisa documental, essa pesquisa se caracteriza por levantar dados disseminados pelo ambiente, sem ter recebido tratamento analítico, cabendo ao autor estabelecer conexões de acordo com suas indagações, Gil (1999).

Foi realizado um estudo exploratório, que pretende expandir, elucidar, transformar definições e criar possibilidades para estudos pospositivos, Gil, (1999). De forma qualitativa foram analisadas fontes diretas para extração de dados, pressupondo um contato íntimo entre o observador e o cenário que pretende ser investigado, Bogdan e Biklen (2003).

A análise de dados dar-se-á entre a comparação de informações distintas e esmiuçando as impressões para formar um argumento para a temática.

Foram analisados os documentos e dados, expostos nos censos escolares, matérias jornalísticas e revistas eletrônicas, documentos oficiais e de arquivos públicos:

- Agência Brasil: alude sobre jovens que não concluíram o ensino médio.
- Nova Escola: versa a respeito da diferença entre as notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), relacionadas as escolas públicas e privadas.
- Educa Mais Brasil: expõe o analfabetismo no Brasil com base na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatísticas (IBGE), no ano de 2017.
- Ministério da Educação: trata sobre o baixo desempenho escolar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) em 2018, em leitura, matemática e Ciências no Brasil.
- Jornal da USP: aborda a temática do Brasil ainda formar analfabetos funcionais.

A partir da análise dos dados nota-se uma incongruência em relação à melhoria das aprendizagens mediante avaliação sem a in-

tenção de examinar e ou classificar, apesar de, na prática os instrumentos avaliativos permitirem que as crianças atravessem para as próximas etapas, e consequentemente o nível de escolarização da população brasileira ter tido uma elevação.

De acordo com a plataforma Agência Brasil (2018), aumentou a quantidade de alunos que concluíram o ensino médio até os 19 anos de idade, um salto de 11,8% entre os anos de 2012 e 2018, com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, (PNAD-C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porém, o que se pode perceber é que na ponta muitas pessoas estão se formando na educação básica, sem os conteúdos e conhecimentos mínimos esperados, muitas vezes semianalfabetos ou considerados analfabetos funcionais e ou alfabetizados, porém, não letrados.

Dados esses que apontam uma incoerência em relação a avaliação reflexiva, que se por um lado visa a melhoria das aprendizagens, esta não está ocorrendo, se por outro lado, visa a igualdade de oportunidades para a conclusão dos estudos e desigualdade social, idem, pois o que ocorre na ponta são pessoas com diplomas iguais, porém com competências muito distintas. Portanto, o que se percebe é que essa forma de avaliação por mais que estreite os laços entre professor e aluno, que permita que as crianças avancem nos estudos, da maneira que está posta não está atingindo seu objetivo final que seria a melhoria das aprendizagens, e sim está mascarando uma educação pífia.

Outra condição que se apresenta, a avaliação mediadora, Hoffman (2014), tem seus benefícios no cotidiano escolar, se usada de maneira correta pode ser de grande valia para o progresso dos estudos, todavia, a prática de não classificação dos estudantes tem formado alunos sem os conteúdos básicos para o avanço dos estudantes para a educação ao longo da vida, posto que o seu déficit de conteúdos e a dificuldade em enfrentar alunos de outras instituições que são incansavelmente instruídos para adentrar em disputas por vagas nos vestibulares mais concorridos do país, ficam evidente quando comparados.

No conteúdo abordado pela plataforma Nova Escola, demonstra que em 2017, através de dados coletados pelo IDEB e PISA, os alunos brasileiros não alcançaram as médias dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Apesar do desempenho dos alunos da rede particular serem superiores aos alunos da rede pública em todos os ciclos, uma questão se destaca, pois a diferença entre esses alunos começam pequena nos anos iniciais do ensino fundamental e vai se amplificando com o avançar dos anos, nesta etapa os alunos da rede particular alcançaram 7,1 e os da rede pública atingiram 5,5 em média, sendo que a partir dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio essa diferença se amplia e passa a ser superior a 2 e 2,3 pontos de diferença entre as redes de ensino.

Essa discrepância é apontada pela presidente executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, pelo fato de ao longo da trajetória escolar os alunos não acompanharem os conteúdos e ao decorrer desse processo as diferenças estarem mais atenuantes, realidade essa atribuída pela seleção de alunos que estudam nas escolas particulares, permanecendo apenas os que tem condições financeiras para subsidiar os estudos e pela falta de gestão dos recursos públicos, e pelo fato de alunos que estudam em uma instituição particular terem mais oportunidades de aprendizagem em seu meio social, o que facilita e gera mais oportunidades para tais alunos.

Essas afirmações corroboram com a crítica de que os modelos de avaliações contemporâneos permitem que alunos estejam avançando nos estudos, principalmente na rede pública, sem saber o conteúdo básico necessário para progredir nas aprendizagens, atravessando ciclos, ignorando os resultados das avaliações, já que estas são vistas sempre como instrumentos para que o professor reflita e modifique sua práxis pedagógica, mas nunca como estímulo para que os alunos se dediquem, e superem as dificuldades, ou até mesmo em prol de uma aprendizagem robusta refaçam a série em questão, acarretando assim, um déficit para o período subsequente que não consegue ser sanado, principalmente pelo fato de ter

em uma mesma sala, alunos com diferenças exorbitantes em níveis de conhecimento dificultando ainda mais o trabalho do professor.

Segundo a teoria do autor, Pierre Bourdieu (1975), essas diferenças apontadas pela presidente, são reais em uma sociedade, as crianças que possuem famílias com altos níveis financeiros, por consequência, estão inseridas em uma cultura privilegiada e que acabam por ter mais facilidade para incorporar os conteúdos didáticos e culturais relevantes para a alta sociedade, porém, cabe a escola, estreitar essas diferenças permitindo que de forma democrática todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade, e não reproduzir essa desigualdade, com um discurso que há muito tempo a educação infantil busca se distanciar, a instituição apenas para o assistencialismo, sem pensar na educação, e que vem sendo colocado em prática na educação fundamental, quando não se pode haver reprovações, pois deve-se levar em conta todo o contexto social desse aluno, e impedir de qualquer forma a evasão escolar, porém dessa forma a escola está se preocupando mais em ser uma instituição assistencial, do que o foco escolar, a educação.

Na análise realizada pelo Educa Mais Brasil, destaca que aproximadamente 11,5 milhões de pessoas são consideradas analfabetas, segundo dados do IBGE, em 2017, chegando a afetar quase 7,0% da população brasileira. Indicativos esses que se referem a pessoas com mais de 15 anos de idade, podendo aumentar quando somados pessoas com mais de 60 anos.

Tratando de analfabetos funcionais (pessoas que apesar de conhecer o sistema alfabético e até conseguirem ler ou escrever algumas palavras, não conseguem fazer o uso social da escrita e leitura), essa porcentagem sobe para 29% da população.

Fazendo com que o Brasil amargue a posição de número 53º no ranking no PISA, Programa Internacional de Avaliação de Alunos, mesmo o Brasil tendo investido em programas sociais, o que colocou mais de 98% de estudantes entre 6 e 12 anos para as escolas, segundo dados o IBGE.

Fatores apontados como pilares para essas condições são a evasão escolar, o que acontece principalmente no ensino médio, justificado por questões diversas entre elas o bullying e condições financeiras, porém, se a evasão escolar ocorre principalmente entre jovens do ensino médio, o que ocorreu para que estes tenham chegado nesse nível de ensino sem estar devidamente alfabetizado e letrado, já que as legislações preveem a alfabetização na idade certa, que segundo o Plano Nacional de Educação de 2014, isso deveria ocorrer até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Ocorre que com os novos moldes de avaliação sem caráter classificatório, essas crianças são ignorados nas suas dificuldades, adentrando nas etapas posteriores, chegando ao ensino médio, sem saber fazer o uso crítico e social da leitura e escrita.

A matéria destaca ações tomadas para que esses dados sejam modificados, como politicas públicas para a diminuição da desigualdade no ensino básico, principalmente no que tange ao orçamento da educação nas diferentes regiões do país, e programas para o estímulo de leitura e escrita.

Os dados apresentados na plataforma do Ministério da Educação (MEC) em 2019, revelam que no PISA (Programa Internacional da Avaliação dos Estudantes), os estudantes brasileiros tiveram um desempenho muito abaixo da média, ficando em último lugar quando confrontados com todos os outros países da América do Sul, em matemática e ciências, já em leitura ocupam o penúltimo lugar, ficando atrás apenas da Argentina e Peru.

O país está sem evolução desde 2009, na avaliação, apesar de os investimentos com a educação terem tido um aumento de mais de 100%, em 2009 o governo federal investia 18 bilhões na educação básica e em 2018 essa quantia saltou para 39 bilhões.

A análise dos resultados aponta que dentre os estudantes de 15 anos de idade, 68% não possuem o nível básico de matemática, 55% em ciências e 50% em leitura.

Averiguou-se também que existe alguns fatores que interferem nessas porcentagens, como a região que os estudantes estão localizados, o tipo de escola que frequentam como, estadual, municipal, federal ou particular.

Na região sul, o desempenho médio dos es-

tudantes foi mais elevado, já na região nordeste nota-se um desempenho abaixo da média nacional.

Evidenciou-se que existe uma diferença quando comparadas as diferentes instituições educacionais brasileiras, enquanto nas escolas particulares e federais os estudantes alcançam níveis até mais elevados do que os estudantes que fazem parte dos países-membros da OCDE (Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), nas instituições municipais e estaduais esses estudantes não alcançam os conteúdos mínimos esperados para suas idades.

Em matemática, apesar de a maioria dos estudantes 68,1%, não apresentarem bons resultados, os estudantes das escolas particulares e federais surpreenderam positivamente:

Estudantes da OCDE: média de 384 pontos.

Estudantes do Brasil: escolas particulares, 473 pontos; escolas federais, 469 pontos; escolas estaduais, 374 pontos e escolas municipais 314 pontos.

Em leitura, a situação se repete 50%, não acompanham as notas médias, e os estudantes das escolas particulares e federais destacam-se:

Estudantes da OCDE: média de 487 pontos.

Estudantes do Brasil: escolas particulares, 510 pontos; escolas federais, 503 pontos; escolas estaduais, 404 pontos e escolas municipais 330 pontos.

Em ciências, maioria dos estudantes 55%, estão abaixo do esperado, os estudantes das escolas particulares e federais mais uma vez surpreendem positivamente:

Estudantes da OCDE: média de 489 pontos.

Estudantes do Brasil: escolas particulares, 495 pontos; escolas federais, 491 pontos; escolas estaduais, 395 pontos e escolas municipais 330 pontos.

Evidenciando que a região sul, as escolas particulares e federais sempre despontam em relação as outras regiões e demais escolas, porém, isso não é o suficiente para superar os níveis desastrosos do país quando analisado de forma holística.

As pesquisas realizadas para elucidar tais desempenhos apontam que entre os fatores que levam essa discrepância, são associados a condição financeira e econômica, o bullying, e a falta de perspectiva dos alunos de baixa renda para prosseguir nos estudos.

Algumas ações foram implementadas com a expectativa de alavancar esses resultados, como o ensino fundamental em tempo integral, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que visa a melhoria da disciplina, redução da evasão, do bullying, e outras formas de violência, e reduzir o tempo gasto em sala de aula com questões comportamentais.

No Jornal da USP (Universidade de São Paulo), a matéria do ano de 2020, intitulada, Escolas Brasileiras ainda formam analfabetos funcionais, apresenta a situação de mais de 29% da população brasileira que possuem dificuldades para ler textos e realizar operações básicas de matemática, dados retirados do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) 2018, resultado esse atribuído pelo professor, José Marcelino de Rezende Pinto, pela falta de capacidade das instituições de ensino no Brasil, já que todos os participantes da pesquisa tiveram oportunidade de estudo, a pesquisa foi realizada com pessoas entre 15 e 64 anos.

Outro estudo apresentado que corrobora para tal afirmação é o da Avaliação Nacional da Alfabetização em 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a avaliação aponta que 54,73% dos estudantes acima de 8 anos, não tem o nível de leitura esperado para a faixa etária, 33,95% dificuldades na escrita e 54,4% não apresentam os conteúdos mínimos aguardados para matemática.

Além das questões relacionadas as deficiências das instituições, outras questões apresentadas como justificativas para o mau desempenho dos alunos são, a falta de investimentos, políticas públicas e o abandono escolar.

Para a especialista em linguística e pesquisadora, Naiá Sadi Câmara, da Universidade Federal de São Carlos, o problema é ainda pior quando analisado a longo prazo, pois para a pesquisadora, isso terá consequências na vida em sociedade, pois esses alunos se tornarão profissionais desqualificados, e no comportamento cidadão do indivíduo, este não terá acesso aos seus direitos e deveres, visto que, não serão capazes de interatuar com as leis.

Finalizando as análises, fica exposto que, os alunos brasileiros da rede pública de ensino, com esses moldes defendidos de avaliação, tem ido na contramão do proposto pelos autores, visto que, em todas as teorias apresentadas objetiva-se a melhoria das aprendizagens, através de um modelo de avaliação que usa seus resultados para a reflexão, para a constatação, e para o aumento do empenho docente para desenvolver estratégias didáticas inovadoras, amenizando a questão fundamental de que a educação é um processo dialógico, dinâmico, e que o aluno deve ser o protagonista, o autor, por conseguinte, o seu empenho e dedicação é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, sendo assim, não tem se mostrado suficiente apenas algumas intervenções instantâneas, como recuperação paralela ou contínua, que pouco mudam a realidade, posto que, na prática independentemente do grau de avanço que esses alunos obtenham, atravessarão para a etapa subsequente, acarretando uma carência de aprendizagens.

Da forma que a avaliação está posta, desonera o aluno e até mesmo a família com o comprometimento para desempenhar suas atividades com responsabilidade, pois, como está exposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a educação é um direito e um dever tanto do Estado quanto da família, e as avaliações sendo usadas apenas para a constatação da realidade, proporcionam uma facilidade para que os autores eximam-se de suas responsabilidades, posto que, continuarão perpassado as etapas independentemente dos seus reais conhecimentos.

Levando a instituição escolar, mais uma vez ao patamar de assistencialista, visto que, em razão de outras carências, reais e com caráter de urgência, que devem ser sanadas de maneira firme, com políticas públicas, pelo Estado e por órgãos responsáveis, como, a pobreza extrema; a violência; e todas as formas de abusos, sofridas pelas crianças, estão fazendo a escola se apequenar, estão fazendo com que em nome de uma suposta democratização do ensino, e universalização das aprendizagens, as crianças até alcancem um diploma que concluiu o ensino básico, porém na realidade, a escola está formando analfabetos iludidos, fato que só corrobora para a marginalização da camada mais vulnerável, que é vista, cada vez mais como ignorante, já que na teoria teve oportunidades de ensino, mas, mesmo assim, são incapazes de ascender socialmente.

3. Conclusão

Diante dos objetivos apresentados, e dos dados analisados, fica claro que a avaliação que não classifica os estudantes têm apresentado resultados significativos na conclusão de etapas e ciclos para as crianças e adolescentes no Brasil, porém, essa forma de avaliação alinhada ao sistema de progressão continuada, tem gerado uma importante distorção entre nível de escolarização e nível de conhecimento, chegando formar no ensino básico pessoas com dificuldades pare ler, escrever e fazer cálculos, intitulados como analfabetos funcionais.

Torna-se imprescindível que seja analisada a importância da avaliação como instrumento de averiguação e transformação da realidade de forma efetiva, com possibilidades para que os alunos continuem estudando, porém, sem o caráter assessorial, na qual faz vistas grossas para a realidade com a intenção de conclusão dos estudos.

Esse estudo colabora para evidenciar que a aprendizagem efetiva está acima do nível de escolarização apresentado por um diploma de conclusão, portanto, formar estudantes na rede pública, sem conteúdos mínimos, não gera menos desigualdade, e sim, uma descrença nas capacidades e habilidades mentais, usurpando a possibilidade real de aprendizagem desses cidadãos.

Referências:

Agência Brasil, Damé, Luiza. 2018. Mais de 1 Milhão de Jovens Não Concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-12/mais-de-1-milhao-de-jovens-nao-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos> Acesso em 9 de agosto de 2023.

Bogdan, R. S.; Biklen, S. 2003. Investigação Qualitativa em Educação: Uma

Introdução à Teoria e aos Métodos. Editora, Porto.

Bourdieu,P.;Passeron,J.C.A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria Do Sistema De Ensino.Tradução Reynaldo Bairão.Rio de Janeiro: Ed.Francisco Alves,1975

Brasil. 2017. Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 de março. 2023.

Brasil. 1996. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 de março. 2023.

Educa Mais Brasil. Oliveira, Filipe. 2019. Analfabetismo no Brasil. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/analfabetismo-no-brasil>. Acesso em 22, de março de 2023.

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo [FEUSP]. 2020. O Único e Melhor Tempo de Ensinar na Escola: Reverberações da Avaliação (1870-1970). Páginas 271-286. In: Silva, Batista da. A Escola Pública em Crise. Inflexões, Apagamentos e Desafios. Editora, Livraria da Física, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A. C. 1999. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ed. Editora Atlas, São Paulo, SP,
Brasil.

Hoffmann, J. 2014. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33ed. Editora Mediação, Porto Alegre, RS, Brasil.

Jornal da Universidade de São Paulo [USP], Lourenço, Tainá. 2020. Escolas Brasileiras Ainda Formam Analfabetos Funcionais. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/atualidades/escolas-brasileiras-ainda-formam-analfabetos-funcionais/>. Acesso em 22, de março de 2023.

Luckesi, Ciprano C. 2021. Avaliação da Aprendizagem Escolar: Passado, Presente e Futuro. Editora Cortez, São Paulo, SP, Brasil.

Ministério da Educação [MEC]. Oliveira, Shismênia. 2019. Pisa 2018 Revela Baixo Desempenho Escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=83191:pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil. Acesso em 22, de março de 2023.

Ministério da Educação [MEC] 2013. Secretária de Educação Básica [SEB]. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasília.

Nova Escola. Calçade, Paula. 2018. Escolas Particulares são Sempre Melhores do que as Públicas?. Disponível em < https://novaescola.org.br/conteudo/12600/escolas-particulares-sao-sempre-melhores-do-que-as-publicas>. Acesso em 22, de março de 2023.

Perrenoud, Philippe. 2008. Não mexa na Minha Avaliação! Uma abordagem sistêmica da mudança. In: PERRENOUD, Philippe. Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens: Entre Duas Lógicas. Editora, Artmed, Porto Alegre, RS, Brasil.

Santos, Kohls, P. e Guimarães, Joelma. 2017. Avaliação da aprendizagem. Editora, SER – SAGAH. Porto Alegre, RS, Brasil.